

Economistas da Unicamp prevêem hiperinflação

SÃO PAULO (O GLOBO) — Uma hiperinflação superior a 200 por cento ao ano, aumento do déficit público, recessão brutal com possibilidade de quebra para a metade das pequenas e médias empresas do País e crescimento do desemprego ameaçando a estabilidade social são as consequências imediatas do pacote econômico baixado pelo Governo, na opinião de três economistas da Unicamp, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonçaga de Mello Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello.

Os professores, que debateram com sindicalistas reunidos na sede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) as medidas anunciadas ontem, consideram indispensável a desindexação dos ativos das empresas e dos títulos da dívida pública, aspecto não contemplado pelo pacote.

— O Governo deveria esterilizar a dívida pública e desvalorizar os ativos dos bancos — afirmou Conceição Tavares.

Para Cardoso de Mello, os bancos, que nos últimos anos, receberam, por força da política econômica, renda de outros setores econômicos, deveriam ser os únicos

penalizados pelo pacote. O corte nos subsídios, ao invés de reduzir o déficit público vai agravá-lo. O economista citou o exemplo do trigo: para economizar Cr\$ 200 bilhões, o Governo fará com que o Índice Geral de Preços (IGP) tenha um incremento direto de cinco por cento; como a dívida interna é de Cr\$ 30 trilhões (cinco por cento deste valor somam a Cr\$ 1 trilhão), o déficit público será ampliado. Cardoso de Mello disse que o pacote é tecnicamente incompetente e socialmente injusto, ao impor mais sacrifícios ao setor produtivo pequeno e médio e aos trabalhadores.

Para Belluzzo, a questão atual não é econômica mas política. É preciso estabelecer com clareza quem vai pagar pela crise: ou o trabalhador ou o especulador em ativos financeiros.

A principal causa do déficit público não foi atacada, segundo os economistas, pelo fato de que 50 por cento do déficit correspondem ao custo de giro da dívida pública. A correção monetária deveria ser expurgada na remuneração dos títulos federais.